

## **Simão de Vasconcelos: “Cronista Tardio” do descobrimento e da colonização do Brasil**

Simão de Vasconcelos: “Chronicler Tardio” the Discovery and colonization of Brazil

*Ruth de Fátima Oliveira Tavares\**

*\* Universidade Estadual de Goiás (UEG – Pires do Rio)*

---

**Resumo:** O presente artigo trata dos aspectos simbólicos, figurativos, ideológicos e pragmáticos do imaginário medieval presentes na cronística do descobrimento e colonização do Brasil - exclusivamente da tradição literária europeia denominada *bestiários* - livros de ciência natural que apresentavam um repertório de alegorias cristãs, moralizantes e pedagógicas - e, especificamente na obra do padre jesuíta Simão de Vasconcelos, *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil* (1663/1977). Para tanto, utilizar-se-á o método analítico e crítico-comparativo a fim de identificar os modos, os recursos e as estratégias narrativas de representação que davam forma a esse ideário, e, examinar como formas e motivos do imaginário cultural europeu contribuíram para as ideias e construções mentais, formando um conjunto norteador - espiritual e material - para a efetiva colonização da *Terra Brasilis* e dos seus primeiros habitantes, os *brasilíndios*.

**Palavras-chave:** Bestiários. Colonização. Simão de Vasconcelos.

---

**Abstract:** This article deals with the symbolic aspects, figurative, ideological and pragmatic medieval imagery present in cronística the discovery and colonization of Brazil - exclusively of european literary tradition called *bestiary* - natural science books that presented a repertoire of christian allegories, moralizing and pedagogical - and specifically the work of Jesuit Father Simão de Vasconcelos, *News curious and necessary Brazil's things* (1663/1977). For this purpose it will be used the analytical method and critical-comparative to identify the ways, resources and representation of narrative strategies that gave way to these ideas, and examine how forms and motifs of european cultural imaginary contributed to the ideas and mental constructs, forming a guiding set - spiritual and temporal - for the effective colonization of *Terra Brasilis* and its first inhabitants, the *brasilíndios*.

**Keywords:** Bestiary. Colonization. Simão de Vasconcelos.

---

A fim de uma maior compreensão do período colonial brasileiro, é necessário ressaltar que - no Brasil ou na denominada "América portuguesa" - o cotidiano era marcado tanto pela religião como por um espírito prático e racional. Sendo assim, a colonização das terras brasileiras compreendia além da expansão da fé, a exaltação da monarquia, a empresa comercial e o enriquecimento. Nesse contexto, a Igreja Católica tornou-se uma das forças poderosas no desenvolvimento do sistema colonial brasileiro devido a sua condição de instituição legitimadora das pretensões e do comportamento da coroa portuguesa: era uma organização religiosa a serviço da política oficial de um estado "mercantilista na economia, instrumentalizada pelo absolutismo, monopolizador sempre vigilante sobre tudo quanto pudesse estorvar ou prejudicar sua expansão colonial" (LUSTOSA, 1977, p. 11).

Sendo assim, desde o século XVI, juntamente com os primeiros colonizadores vieram os religiosos. Além dos padres ligados diretamente ao Vaticano, os denominados seculares, vieram aqueles ligados às ordens religiosas, como a dos franciscanos, a dos beneditinos, a dos dominicanos e a dos jesuítas. Estes últimos, membros da Companhia de Jesus, qual padre Simão de Vasconcelos, tiveram efetiva participação na propagação da fé católica, visto que foram responsáveis pela catequização dos indígenas e ensino dos filhos dos colonos portugueses. Chegaram em 1549 com o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, e, instalaram suas missões: dentre eles, padre Manoel da Nóbrega e padre José de Anchieta. A presença dos religiosos era necessária porque um dos objetivos da conquista dessa nova região – além do comércio, aproveitamento das riquezas da terra e exploração do trabalho escravo – era dilatar a fé e converter os infiéis.

Segundo Zweig (1942-1952, p. 40), os jesuítas se consideravam responsáveis pelos indígenas diante de Deus e dos homens: "para ellos, el aborigen constituye, como brasileño futuro y hombre redimido por el cristianismo, la sustancia acaso más valiosa de esa tierra". Na visão desses religiosos, os selvagens redimidos pelo cristianismo passam a ser a coisa mais valiosa do Brasil, portanto, não podiam ser escravizados nem exterminados. A atividade econômica (cana de açúcar, madeira e tabaco) é colocada em segundo plano. Segundo o autor, essa escolha dos jesuítas em defender os índios foi uma das causas da sua expulsão do Brasil pela Coroa portuguesa em 1753.

Os jesuítas, comandados por padre Manoel da Nóbrega, vieram à nova terra com a missão de catequizar os habitantes da terra conquistada. Holanda (1936/1995, p. 127), em uma crítica à missão dos jesuítas no Brasil, afirma: "Anjos, não homens, é o que pretendem realmente fabricar os inácianos em suas aldeias, sem conseguir, em regra, nem uma coisa, nem outra". Esses padres, que tinham a pretensão de transformar índios em anjos, estavam presentes em todas as regiões do Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste: faziam parte dos seus domínios Bahia, Paraíba, Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Santa

Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás. Era como se existisse um Estado jesuíta dentro do Estado português, ou seja, um Estado dentro de um outro Estado, como disse Marquês de Pombal ao justificar a expulsão da ordem inaciana do Brasil em 1759.

Freyre (1933/2001, p. 124), por sua vez, classifica o sistema jesuítico como “a mais eficiente força de europeização técnica de cultura moral e intelectual, a agir sobre as populações indígenas”. Tal sistema, através de elementos místicos, devocionais e festivos do culto católico, cristianizou os índios tanto pela música, canto, liturgia, festas, comédias como pela distribuição de agnus-dei em cordões, fitas e rósários (pendurados no pescoço dos cristianizados) e também pela adoração de relíquias. Tudo a serviço da conquista e colonização dos povos e das terras brasílicas.

Um exemplo das estreitas relações entre igreja e Estado, durante esse período, pode ser verificado quando “a Igreja, através do papa Adriano, em 1527, conferiu ao rei português Dom João III a dignidade de grão-mestre da Ordem de Cristo, que com isso obtém o pleno domínio político e religioso das terras portuguesas” (TANGERINO, 1997, p. 70). Neste sentido Holanda (1936/1995) afirma: “A Igreja transformara-se, por esse modo, em simples braço do poder secular, em um departamento da administração leiga ou, conforme dizia o padre Júlio Maria, em um *instrumentum regni*” (p. 118). Sob esse contexto – Igreja Católica submetida ao poder do Estado português – transcorreu a vida de Simão de Vasconcelos.

O padre jesuíta Simão de Vasconcelos, autor da obra em questão, nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 1597 - período em que Portugal e suas colônias, dentre elas o Brasil, viviam sob Domínio Espanhol, situação que perdurou de 1580 a 1640 - veio ainda menino para a primeira capital do Brasil colonial, Salvador, acompanhando sua família. Sua vida foi marcada pela invasão holandesa no nordeste brasileiro - primeiramente em Salvador por um ano, 1624, e, posteriormente em Recife por vinte quatro anos, 1630 a 1654. Quanto a esse evento, o autor em tom de lamento afirma que “as vilas, os lugares, as máquinas, os engenhos, as doces plantas, senhoreado tudo de cultor estranho [...] a sombra da morte por vinte e quatro anos” (1663/1977, p. 230).

Aos dezenove anos entrou para a ordem religiosa católica “Companhia de Jesus” e cursou os estudos de Humanidades, Filosofia e Teologia. Logo após, ordenou-se sacerdote e graduou-se Mestre em Artes. Como membro dessa ordem religiosa ocupou diversos cargos dentre eles: adjunto e mestre de noviços, prefeito de estudos e secretário da Província. Foi enviado a Portugal em 1641 juntamente com o Padre Antônio Vieira e o filho do vice-rei do Brasil (Dom Mascarenhas) para saudar o novo rei de Portugal D. João IV que pôs fim ao Domínio Espanhol em Portugal e suas colônias - episódio conhecido como “restauração”. Em 1641 retornou à Bahia com o governador Antônio Teles da Silva que o escolheu como seu confessor. Tornou-se procurador dos jesuítas na corte portuguesa.

Durante os anos quarenta do século XVII, ao revelar-se “bom administrador e solidário com os colégios jesuítas empobrecidos pela invasão holandesa” (OLIVEIRA RAMOS, s/d. p. 424), é indicado pelo governador do Rio de Janeiro para resolver problemas de natureza política e eclesiástica. Neste período começa a escrever a *Vida do Padre João de Almeida da Companhia de Jesus*, impresso em 1658. Posteriormente, escreve verdadeiros tratados de exaltação ao trabalho/missão de outros membros da ordem jesuíta, como por exemplo, Padre Anchieta, Padre Nóbrega, Padre Carvalho. Quando ocupava o cargo de Provincial da Companhia de Jesus, iniciou a construção da atual Catedral da Sé em Salvador – símbolo da arquitetura jesuítica do período.

Vale ressaltar que a literatura religiosa do século XVII, baseada nas preocupações da Contra Reforma e na política de conquista e evangelização de novas terras, caracterizou-se pela ampliação de escritos moralizantes de fundo religioso. A Contra Reforma, enquanto movimento de reação ao protestantismo e de renovação da Igreja Católica, colocou os padres da Companhia de Jesus na linha de frente com a missão de combater o protestantismo, reafirmar os dogmas católicos e converter ao catolicismo os povos dos continentes recém-descobertos por meio da educação.

A maioria daquela produção literária – mencionada anteriormente - tem caráter pedagógico: exemplo de comportamento religioso, espiritual e social para o público-leitor. Os escritos de Padre Simão Vasconcelos enquadram-se nesse modelo de literatura e são fontes para a compreensão da mentalidade e cultura intelectual do período colonial brasileiro. Além dos discursos religiosos e dos temas da Companhia de Jesus tratados em seus escritos, sua descrição acerca das paisagens *brasílicas* e a relação entre colonos, indígenas e missionários permite uma visão do pensamento dominante nos primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil.

Em 1660, padre Simão é eleito procurador do Brasil em Roma. Apesar do desejo de diversos padres em ver Simão de Vasconcelos nomeado como Visitador da Companhia de Jesus, é nomeado para tal cargo o padre Jacinto de Magistris, com quem o jesuíta entrou em conflito. Com relação aos choques com o Visitador, padre Magistris, as obras importantes são: *As razões do Padre Simão de Vasconcelos – propostas ao Padre Magistris* (1662); *Cartas ao Geral sobre o Paraíso na América* (1663); *A epístola ao Provincial sobre o Padre Belchior Pires* (1663); *Declaração sobre o Paraíso na América* (1663), onde desmascara inverdades criadas pelo padre Visitador.

O livro *Crônica da Companhia de Jesus* (1663), considerado sua “obra maior”, é composto por dois volumes. O primeiro volume conta com três livros e está dividido em duas partes: *Livro Primeiro e Livro Segundo das notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, este, objeto de nosso estudo; e o *Livro Primeiro da Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Na primeira parte do livro o autor

descreve o Brasil - “que região é, quando e como foi descoberta, quais sejam suas qualidades, seus climas, suas gentes e seus costumes” (p. 49) – e justifica essa escolha como necessária para poder escrever a respeito da “heroica missão” empreendida pelos filhos da Companhia de Jesus a fim de “conquistar o poder do inferno” (p.49). Na segunda parte deste volume o autor inicia a narração acerca das ações desenvolvidas pelos religiosos da Companhia de Jesus em terras *brasílicas* no período de 1549 a 1555, enfatizando o trabalho do padre Manoel da Nóbrega. O segundo volume, continuação da história da Companhia de Jesus no Brasil iniciada no volume I, traz três livros - o *Livro Segundo*, o *Livro Terceiro* e o *Livro Quarto da Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, todos tratando da “heroica missão” empreendida pelos jesuítas no período de 1555 a 1566; o Livro Quarto retrata a morte de Padre Manuel da Nóbrega.

Padre Simão ocupou quase todos os cargos da Companhia de Jesus no Brasil, entre os quais o de Reitor do Colégio da Bahia e do Colégio do Rio de Janeiro, e, de Provincial da ordem jesuíta. Cumpridor de suas obrigações sacerdotais e administrativas, em sua trajetória de vida de mais de cinco décadas destaca-se uma insubordinação quando ocupava o cargo de Provincial: ignorou norma da Companhia de Jesus que permitia apenas dez mestiços para o ingresso no noviciado da ordem e recebeu vinte seis noviços brasileiros. Por essa ação é penalizado e tido como incapaz para o exercício de funções de direção. Posteriormente é anistiado e colocado em cargos relevantes (OLIVEIRA RAMOS, s/d, p.428). Durante os últimos anos de sua vida, apesar dos conflitos com o Visitador, ainda continuou a escrita de sua obra histórica e biográfica sobre os jesuítas no Brasil iniciada na década de 40. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de setembro de 1671, aos oitenta e quatro anos de idade.

Na literatura denominada cronística dos descobrimentos e da colonização da América – onde está inserida a obra de Simão de Vasconcelos, *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil* – é visível a influência e a disseminação do imaginário e ideário medievais, tendo como suporte a literatura *bestiária* e seus motivos figurativos e simbólicos como forma de revelar valores morais e espirituais e, em que predominava a doutrina religiosa acerca da natureza e do seu reino animal – o senso de uma realidade “quase” científica recebia um tratamento simbólico e figurativo. No entanto, não podemos dizer que esse tipo de literatura seja uma criação exclusivamente cristã, ela faz parte de um conhecimento herdado da antiguidade clássica e popular que se desenvolveu através dos tempos graças às contribuições das mais variadas fontes, como do Egito, da Grécia e de Roma ou de relatos de viajantes acerca das coisas curiosas e maravilhosas encontradas nas mais remotas regiões da terra. A respeito do *Bestiário*, Fonseca (2011, p. 31) esclarece que

Nele, os animais e algumas espécies do mundo vegetal e mineral são descritos em referência à sua natureza, meio ambiente e traços comportamentais, com frequentes correspondências exemplares com os seres humanos, numa associação recorrente a ensinamentos relativos à boa conduta baseada em princípios e em preceitos da moral cristã.

Em uma referência ao bestiário, a cronística das descobertas e da colonização da América em sua representação da realidade americana, além de apresentar um discurso em que os animais e as plantas - enquanto reveladores dos planos divinos - são colocados em um cenário paradisíaco, faz-se presente também um discurso de gênero, antifeminista, misógino, de tradição medieval, que afirma a posição de inferioridade da mulher em relação ao homem tanto em termos biológicos como em termos mentais, morais e espirituais.

No século XVI, era comum cronistas e viajantes escreverem a respeito das novas terras encontradas – assim, a cultura dos povos nativos, a fauna, a flora e a geografia locais eram minuciosamente descritas. Visto que outros autores já haviam escrito a respeito da Terra Brasilis, Simão de Vasconcelos reconhecia não serem inéditas as suas *Notícias*. Segundo o jesuíta, no entanto, os outros autores teriam escrito ao acaso ou por curiosidade, diferentemente dele que escrevera por “obrigação da História” (VASCONCELOS, 1663/1977, p. 49). Como o livro foi finalizado em 1663, portanto cento e sessenta três anos após a chegada dos portugueses ao Brasil (1500) - sem o Domínio Espanhol e livre da presença holandesa no Nordeste - outros cronistas trataram do tema, o que levou Fonseca (2011) a incluir Padre Simão no universo dos “cronistas tardios” (p.138). Portanto, esta obra pode ser considerada uma compilação de tudo que já fora escrito sobre a *Terra Brasilis*. O padre jesuíta pode ser visto como um narrador transmissor de experiências e realidades visualizadas e descritas por outros, como ele próprio afirma: “Das notícias dos sobreditos capitães, e do que disseram aos Reis, eles e seus cosmógrafos, acerca do que exploraram, viram e ouviram farei uma breve relação, por agora somente ao tosco, para que por ela se veja o que será quando se pinte ao vivo”; ou quando enfatiza que tal descrição “me não toca por ora, que vou relatando somente o estado brutesco e natural das cousas que viram os primeiros exploradores dos Reis” (p. 71).

Por outro lado, o jesuíta Vasconcelos enfatiza durante a sua narrativa que estava presente em alguns momentos, como ao ver a grande quantidade de gado existente nas capitânicas do Brasil: “Campinas vi, não de muitas léguas, onde pastavam oitenta mil cabeças de gado, com tal fecundidade [...] o número do gado são milhões e milhões” (p. 146). Ou quando ao tratar de uma tradição indígena que é a vinda – em tempo antiquíssimo - de um homem branco, barbado e vestido chamado Sumé, que teria difundido junto aos nativos os ensinamentos cristãos e deixou suas pegadas em pedras do litoral da Vila de São

Vicente, tornando o lugar sagrado e palco de veneração para os brasilíndios. Logo, os primeiros colonizadores e os padres - como forma de propagação evangélica - se apressaram em dizer que este visitante que teria deixado suas pegadas seria o apóstolo de Cristo, São Tomé: “Vi com meus olhos, e veem cada dia os nossos padres, e o povo todo, em outro pedaço de recife, ou laje, uma pegada de homem perfeitíssima, metida de impressão na substância da pedra, e a parte posterior para a terra, a anterior para a água” (p. 123). A citação de sua presença é mais um recurso utilizado com a finalidade de conferir maior veracidade à narrativa. Em uma crítica ao jesuíta Vasconcelos, Holanda (1959-1977) afirma:

E a tanto vai a fascinação, que não se contenta ele apenas com invocar testemunhos alheios, mas procura sustentar-se, em um ou outro caso, nas próprias e delirantes visões. Assim é que trata de abonar com seu depoimento pessoal os mais extravagantes fenômenos” (p. 131).

Os livros primeiro e segundo das *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil* - objetos de nossa análise – a fim de fazerem jus ao nome, descrevem primeiramente a saga de Cristóvão Colombo, homem comum que procurava “adquirir honra e fama, e fazer-se descobridor de alguma nova parte do mundo” (p. 51), que após receber das mãos de um piloto moribundo uma carta de marear que demarcava novas terras, consegue financiamento dos reis espanhóis, Fernando e Isabel, para a viagem do “descobrimento admirável do Novo Mundo” (p. 50). Logo após é descrita a chegada dos portugueses ao Brasil e o encantamento despertado por esta “terra fértil, amena, vestida de erva, e arvoredo, e cortada de rios” (p. 54) habitada por “gente natural, dócil, e domável” (p. 55). Por último, é desenvolvida uma minuciosa descrição acerca da *Terra Brasilis* e de seus habitantes. A trajetória de Colombo, o “descobrimento” da América, a chegada dos portugueses e a descrição da *Terra Brasilis* e de seus habitantes funcionam como uma longa introdução da obra em questão: tanto informações anteriores ao descobrimento das novas terras, como informações surpreendentes e imprescindíveis das plagas americanas são desfiadas no sentido de passar ao leitor um maior conhecimento sobre o local e, ao rei português, as potencialidades das novas terras.

No entanto, a missão empreendida pelos religiosos nessas terras é o objetivo principal da *Crônica*. Tal “missão heroica” desenvolvida pelos jesuítas nestas terras era para “conquistar o poder do inferno” (p.49) – neste momento fica evidente a presença do imaginário europeu: o embate entre o Bem e o Mal, entre o reino de Deus e do demônio - no entanto, o autor ao formular o contexto onde se desenvolveu a ação missionária dos inicianos insinua que o Brasil é o paraíso na terra, o éden – o Brasil edênico, o local ideal

para as criações divinas:

as qualidades da terra, o temperamento do clima, a frescura dos arvoredos, a variedade das plantas, e abundância de frutos, as ervas medicinais, a diversidade de viventes, assim nas águas como na terra, e aves tão peregrinas, e mais prodígios da natureza, com que o Autor dela enriqueceu este novo mundo: poderíamos fazer comparação, ou semelhança, de alguma parte sua, com aquele paraíso da terra, em que Deus Nosso Senhor, como em jardim, pôs o nosso primeiro pai Adão (p. 166).

Neste sentido, Holanda, em seu livro *Visão do Paraíso* (1959/1977) comenta que desde as primeiras narrativas, nos primeiros tratados descritivos, ratifica-se aquela mesma visão de Paraíso: “como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro” (p. 12). O mesmo autor informa que os seis parágrafos finais do Livro Segundo das *Notícias* foram censurados e retirados da primeira edição por afirmarem ser o Brasil o paraíso na terra e, em primeira mão publica o texto original dos parágrafos censurados. Segundo Oliveira Ramos (s/d, p. 425), tais parágrafos foram vetados pelo Visitador (Padre Magistris, desafeto de padre Simão) e por padres ligados a padre Vieira:

He o lugar do paraíso temperadíssimo, ameníssimo e sempre igual. Todos os lugares annexos do antigo mundo, ou verdadeiros ou ainda fabulosos de Campos Elísios, Hortos pensiles, Ilha de Atlante etc podem ceder a muitos da América: ou seja debaixo da linha equinocial, ou junto a Ella, ou della para o sul, como se deixa ver do que temos tratados em todo este livro [...] A probabilidade desta openião deixo ao juízo dos que a tem: a mim me basta que della se colhe meu primeiro intento que he tão grande a temperança do clima destas partes que chegarão tão graves [...] O paraíso está para o norte da Equinocial, averiguando que não está na parte que responde a África ou Azia, he força que diga que está na América: está em hua das três partes: não na da África, ou Azia: logo na da América (p. 358-59).

Vasconcelos observa que muitos teólogos, entre eles São Tomás de Aquino, teriam colocado o paraíso abaixo da zona equinocial, parte do mundo de clima mais temperado e mais ameno: perfeita moldura para habitação dos homens. Além do mais, o cronista jesuíta

acredita que para uma terra ser considerada boa são necessárias quatro propriedades:

A primeira é: que se vista de verde: a saber, de erva, pastos, e arvoredos de vários gêneros. A segunda: que goze de bom clima e de boas influências do Céu, do sol, da lua, das estrelas. Terceira: que sejam suas águas abundantes de peixes, e seus ares abundantes de aves. Quarta: que produza todos os gêneros de animais, e bestas da terra (p. 144).

Padre Simão conclui que a América portuguesa é perfeita porque tais propriedades estão presentes no Brasil, não existindo região com tantas bondades: flora abundante e variada, clima ameno, abundância de águas, peixes, aves e animais, não esquecendo de listar entre estas propriedades, as “bestas da terra”, neste caso, os indígenas - que denota forte influência da literatura *bestiária* do período medieval, tratada anteriormente.

A visão edênica, que permeia a obra de Simão Vasconcelos e de outros cronistas do Brasil colonial, foi utilizada para fins promocionais da política colonizadora e associa as descrições tradicionais do Paraíso Terrestre à vegetação, à amenidade do clima, à abundância de água, de peixes e animais: “o alegre dos bosques, campos e arvoredos, verdes sempre, e sempre aprazíveis” (p. 60); “as águas do rio eram fertilíssimas de várias castas de pescado, mas mui especial de tão inumerável quantidade de peixes bois e tartarugas, [...] que na mesma conformidade eram férteis seus arredores, de antas, veados, porcos montanhese” (p. 63). Entretanto, o padre enfatiza que Deus, o “Autor do universo”, aquele “que repartiu seus bens naturais com esta terra do Brasil”, não se agrada dos homens que aqui habitam, porque estes “vivem a modo de feras e como tais contentes com o tosco das brenhas [...] andam em manadas [...] Vive neles tão apagadas a luz da razão [...] parecem mais brutos em pé, que racionais humanados” (p. 97). Ao contrário de Adão e Eva, escolhidos por Deus, e, que estavam à altura do primeiro Paraíso Terrestre. Apesar das qualidades e riquezas da terra, o estado civilizacional dos nativos era precário, necessitando de instrução, orientação e controle – justificativa para sua apropriação, expropriação e dominação, era o recorrente discurso cronístico colonial (FONSECA, 2011 p. 202).

Os cronistas que escreveram sobre a América Portuguesa revelaram-se como portadores da tradição do pensamento e da mentalidade medievais, assim, o imaginário e o ideário europeu motivaram tanto a representação como a posse e a colonização da América: a escrita e a retórica a serviço da exploração, da conquista e da colonização. Os povos do Brasil colonial eram os diferentes, os selvagens, os inferiores que estavam prontos para ser domados por uma civilização superior a fim de que servissem à conquista e à exploração. Sendo assim, a lógica das narrativas sobre o Brasilíndio prende-se aos interesses da

colonização e da conversão ao cristianismo. A representação dos índios como bárbaros, inferiores, quase animais, era uma forma de justificar e legitimar a conquista, a exploração, enfim, a colonização das terras brasileiras:

Seguem sua gentildade, são feras, selvagens, montanhesas e desumanas: vivem ao som da natureza nem seguem fé, nem lei, nem Rei (freio comum de todo homem racional). E em sinal desta singularidade lhes negou também o Autor da natureza as letras F. L. R. [...] Vive neles tão apagadas a luz da razão, quase como nas mesmas feras. Parecem mais brutos em pé que racionais humanados [...] Nem ter arte, nem política alguma, nem saber contar até quatro [...] são como feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados ainhos. (Vasconcelos, p. 97-8)

A respeito da ausência das palavras Fé, Lei e Rei nas línguas indígenas citadas por padre Simão, já havia sido percebida por Gandavo em 1576: “carece de três letras, convem a saber, nam se acham nella F, nem L, nem R, cousa digna despanto porque assi nam tem Fé, nem Lei, nem Rei” (apud FONSECA, 2011, p. 199). E, por Brandão em 1618: “esse gentio do Brasil carece, na sua língua de tres letras principaes, as são são F, L, R – em sinal de que não tem Fé, Lei, nem Rei” (apud FONSECA, 2011, p. 199). Tal carência linguística dos nativos abriu espaço para a prerrogativa colonizadora do europeu fundamentada na língua enquanto instrumento de organização cultural, política e social, é o chamado “preenchimento da falta”, “o caráter lacunar da realidade indígena” (FONSECA, 2011, p. 199-202). Observa Fonseca (2011) que se tornou recorrente o *topos* da *tabula rasa*, no caso da América Portuguesa, de que na língua dos nativos inexistiam as “letras que pudessem indicar uma autêntica fé religiosa e um sistema racional de organização política e social” (p. 230).

De acordo com Fonseca (p. 191), o índio brasileiro não escapou da animalização ou bestialização ideológica desenvolvida por meio de uma retórica bem elaborada e de efeito. Diferentemente dos animais que sempre seriam animais, os indígenas em sua condição de animais poderiam ser salvos dessa condição através do domínio e colonização do europeu, ou seja, pelas mãos da Santa Madre Igreja porque eles “não adoram expressamente Deus algum: nem tem templo, nem sacerdote, nem sacrifício, nem fé, nem lei alguma” (p. 119). A transformação daquela “bárbara gente” em “homens civilizados” é registrada por Simão de Vasconcelos que pede ao leitor para admirar a eficácia da lei de Deus porque de “toscas pedras faz filhos de Abraão, e de rudes e bárbaros, homens racionais: porque é cousa certa que com a virtude, e boa criação desta santa lei entre os

portugueses tem visto o Brasil mudanças mui notáveis nas nações desta gente” (p. 113). O jesuíta também afirma ter testemunhado a conversão de índios ao catolicismo: “Muitos vi com meus olhos trazidos do tosco das brenhas, e na aparência uns brutos; e contudo andados os anos, com a criação, e doutrina dos padres da Companhia, os achei depois tão trocados, que quase não os conhecia” (p. 118).

A bestialização do brasilíndio com ênfase na ferocidade e no domínio do instintivo, é um dos aspectos que serve para aproximar o bestiário medieval da postura descritiva da crônica: o nativo era descrito qual animal, “movidos por atributos próprios da violência, ambos acostumados à liberdade natural e governados por seus próprios instintos” (FONSECA, p. 250). Em Vasconcelos a bestialização dos nativos está bastante presente como justificativa, biblicamente informada, para se estabelecer uma diferença nítida entre a superioridade do europeu sobre o índio, refletindo a construção mental e ideológica da cultura europeia no seu processo de representar o outro como projeção idealizada:

Sua morada é comumente, como de gente isenta de leis, de jurisdição, e república, por onde quer que melhor lhe parece; uns pelos montes, outros pelos campos, outros pelas brenhas; vagabundos ordinariamente, ora em uma, ora em outra parte [...] sem pátria certa, sem afeição alguma, fora de toda a outra sorte de gentes (p. 97).

“Andam em manadas pelos campos de todos nus, assim homens, como mulheres, sem empacho algum da natureza. Vive neles tão apagada a luz da razão, quase como nas mesmas feras. Parecem mais brutos em pé, que racionais humanados (p. 97).

São inconstantes, e variáveis: o que hoje fizeram por adquirir, ainda que com grande trabalho, e com suor de muitos dias já amanhã não é de estima para eles. O lugar onde fixaram suas casas a poder de braço e suor, daí a pouco já não lhes serve, o largam, fazendo outras com novo suor, e trabalho” (p. 103).

Padre Simão ao falar da nação indígena Tapuia, eleva a bestialização a um alto grau, descrevendo o índio dessa tribo como o mais feroz, o mais cruel e o mais bárbaro dentre todos:

Um índio Tapuia, um corpo nu, uns couros, e cabelos tostados das injúrias do tempo, um habitador das brenhas, companheiro das feras, tragador de gente humana, armador de ciladas, um selvagem enfim cruel, desumano, e comedor de seus próprios filhos: sem Deus, sem lei,

sem Rei, sem pátria, sem república, sem razão, não era muito que duvidassem, se era antes bruto posto em pé, ou racional em carne humana (p. 117).

O nativo era alvo de bestialização porque apresentava comportamentos diferentes dos do europeu, e este por não reconhecer a diversidade cultural desses povos aproximava-os do que era bestial, animal. Fonseca (2011, p. 133) explica que, nos relatos sobre os povos mundonovistas, em função de sua realidade estranha, havia uma tendência a ver no novo continente em termos de características prodigiosas, uma tendenciosa política tropológica de bestialização.

Analogias animais feitas acerca dos costumes e hábitos do brasilíndio são frequentes na obra de Vasconcelos, como por exemplo: "É gente paupérrima: cuja mesa é o chão" (p. 98); "vivem juntos todos, como cevados em chiqueiro" (p. 98); "O tempo de comer determinado, é quando a natureza lho pede, como qualquer animal do campo" (p.106); "São mui dados a dançar, e saltar de muitos modos [...] com tais assobios, palmadas e patadas" (p. 107); "se ornam de penas várias, de guarás, araras, canindés e outros pássaros [...] Destas fazem grinaldas, coroas, braceletes, franjões, plumagens" (p. 105). Estas citações colocam o nativo brasileiro equivalente a um animal que come no chão e sem controle, que quando dança - salta, assobia e dá patadas – mora pelos montes, campos ou brenhas, se enfeita com penas e, assim procede como se estivesse à espera de um colonizador para organizar essa "anarquia selvagem" (FONSECA, 2011, p. 194).

Ao tratar das numerosas nações indígenas que viviam ao redor do Rio Amazonas (para nós, Rio Amazonas), o padre jesuíta descreve algumas como sendo monstruosas – o que evidencia a influência dos *Bestiários*. Como por exemplo, o tema do gigantismo tocado por Vasconcelos e por vários outros cronistas da América representa uma imagem do primitivismo, ausência de qualquer marca civilizatória, lacuna que deveria ser preenchida pelo colonizador europeu (FONSECA, 2011, p. 238):

Uma é de Anãos, de estatura tão pequena que parecem afronta dos homens chamados Goiazis.

Outra é de casta de gente, que nasce com os pés às avessas: de maneira que quem houver de seguir seu caminho, há de andar ao revés do que vão mostrando as pisadas: chamam-se estes Matuiús.

Outra nação e de homens Gigantes, de 16 palmos de alto, valentíssimos, adornados de pedaços de ouro por beijos e narizes, aos

quais todos os outros pagam respeito: tem por nome Curiqueans.

Finalmente que há outra nação de mulheres também monstruosas do modo de viver (são as que hoje chamamos Almazonas, semelhantes as da antiguidade, e de que tomou o nome o rio) porque são mulheres guerreiras, que vivem per si sós sem comércio de homens: habitam povoações de uma província inteira, cultivando as terras, sustentando-se de seus próprios trabalhos. Vivem entre grandes montanhas [...] se hão conservado sem consórcio ordinário de varões, [...] vem este certo tempo do ano a suas terras [...] ela recebe o hóspede, aqueles breves dias. [...] Criam entre si só as fêmeas deste ajuntamento; os machos matam, ou os entregam as mais piedosas aos pais (p. 64-5).

Vasconcelos divide os nativos brasileiros em duas categorias, "duas nações genéricas": os mansos e os bravos. Os mansos são os de fácil convívio: "mais tratáveis, e perseveráveis, entre os portugueses, deixando-se instruir, e cultivar" (p. 110). Os bravos são o contrário dos mansos: "são intratáveis e com dificuldade se deixam instruir" (p. 110). A visão reducionista do jesuíta que divide os índios brasileiros em apenas duas categorias serve ao processo de animalização desenvolvido pelos cronistas coloniais: visto que manso e bravo são qualidades inerentes aos animais. E, o próprio jesuíta apesar de reconhecer a existência de várias nações indígenas no Brasil - que habitam em diferentes regiões, com suas distintas línguas, seus diversos costumes e chefes - escolhe animalizar os brasilíndios ao classificá-los somente como mansos e bravos.

A construção simbólica, figurativa e estratégica utilizada acima, é denominada tropologia da naturalização, por reduzir a realidade americana ao estritamente natural e selvagem em contraposição à realidade europeia considerada superior por sua civilização e instituições. Fonseca (2011) percebe essa naturalização, enquanto um dos paradoxos da estratégia tropológica manipulada pelo discurso dominador, como "positiva para a realização dos desejos, projeções e expectativas do descobridor e do conquistador" (p. 24). Assim, além de o colonizador se portar como superior, portanto podendo conquistar, dominar, desapropriar aqueles seres inferiores, incapazes, necessitados, transformou os estranhos comportamentos, muitas vezes recorrentes a motivos do bestiário, a ser figurativamente utilizados na representação da realidade americana, reproduzindo imagens e motivos para a representação da autoridade e da alteridade das terras conquistadas.

A crônica colonial pontua com frequência a disposição brasilíndia aos prazeres imediatos, o que dá a impressão que os nativos, em geral, viviam em festas, bebedeiras. Vasconcelos, como representante dessa linha de literatura, observa que "começam a beber, e não acabam até que não acabe o vinho, ainda que seja vomitando-o, e urinando-o; andando à roda, e bailando enquanto dura a causa de sua alegria" (p.106); "dão de beber

aos dançantes continuamente de dia, e de noite, até que vão embebedando-se e caindo ora um, ora outro, e finalmente quase todos" (p. 107); "O tempo que sobeja do dia, gastam em jogos, cantos, e bailes; e assim vão passando a vida, sem cuidado algum da eterna, ou conta alguma do bem, e do mal que fizeram" (p. 109).

O apelo ao mágico e ao fabuloso como formas concretas e imediatas da realidade - "o insólito e o inusitado como formas de uma passível existência real" (FONSECA, p. 136) - de tradição medieval, evidencia-se quando padre Simão descreve um monstro marinho não conhecido pelos primeiros portugueses recém-chegados ao Brasil, por não existir em outra parte do mundo:

Portentoso, recreação dos portugueses, por cousa insólita, e mui aprazível aos índios, por pasto de seu gosto. Tinha de grossura mais que a de um tonel, e de comprimento mais que o de dois: a cabeça, os olhos, a pele, eram como de porco, e a grossura da pele era de um dedo. Não tinha dentes, as orelhas tinham feição de elefante, a cauda a de um côvado de comprido, outro de largo (p. 55).

O jesuíta informa que ainda foram vistos vários outros monstros marinhos de "tão monstruosas espécies, que requerem um tratado mui grande" (p. 162). Os peixes-bois chamam a atenção do autor por serem encontrados em grande quantidade pelas terras brasílicas e, que cozidos "à maneira de carne, com couves, ou arroz; e podem enganar aos que o não sabem, parecendo-lhes vaca na vista, e no sabor" (p. 162), no entanto, seguindo o imaginário medieval que classifica as espécies animais de acordo com o seu *habitat*, o peixe-boi que vive na água é classificado como um pescado, apesar do seu gosto de carne bovina, o que resolveria a questão do uso de sua carne conforme o calendário religioso. Ainda em relação ao peixe-boi, é detectada a noção de *similatio oppositiones*, presente no bestiário, segundo a qual tudo que existe em um determinado elemento da natureza - ou seja, na terra e na água - tem o seu opositor: "se existe um boi terrestre, deve existir, por força desse princípio, um boi aquático" (FONSECA, p. 178).

O "cronista tardio", o edenista por excelência, mostra-se um propagandista da nova terra, quando ao mesmo tempo em que descreve entusiasticamente a beleza da natureza *brasílica* faz considerações das qualidades materiais e potenciais da região, em uma propaganda figurativa e simbólica da política de exploração das novas terras conquistadas:

Seus arredores são fertilíssimos, campinas estendidas, até cansar os olhos, capazes de searas, vinhas, frutais e de toda a sorte de plantas,

ervas e flores de Europa; e de tão exorbitante cópia de gado que chega a não ter estima alguma. Não são menores as riquezas de ouro, prata e pedraria, que vem descobrindo suas águas por todos seus sertões (p. 66).

Em terra do Brasil estamos, nela escrevemos, nossos olhos a veem, e nossos pés a pisam. Vemos nela cidades populosas, muitas vilas, muitos lugares: não há que negue já esta verdade (p. 144).

De acordo com Souza (1986) era ideia corrente entre os religiosos, que o "descobrimento" do Brasil era uma ação divina, de que dentre todos os povos, Deus escolhera os portugueses para serem os donos da região e que estes: "tinham por dever nela produzir riquezas materiais – explorando a natureza – e espirituais – resgatando almas para o patrimônio divino" (p. 35). Vasconcelos corrobora com a colocação da autora acima quando diz:

porque assim foi servido o Autor do universo, que esta obra sua viesse a ser manifesta aos olhos dos homens e desenganasse ela mesma a sabedoria do mundo. Confesso que andando correndo esta terra, e considerando a perfeição de sua formosura, me ria comigo algumas vezes, lembrado dos ditos antigos, e do engano em que viveram tantos séculos (p. 144).

A antropofagia brasilíndia, tema recorrente na crônica colonial, foi um dos aspectos que mais preocupou o conquistador e o colonizador por representar um perigo à expansão do território e à subsistência do europeu nas novas terras. De acordo com Fonseca, diferentemente dos cronistas seculares, os jesuítas trataram o canibalismo com especial interesse e atenção, porém suas descrições carecem de detalhes por razões cristãs e morais (p. 336). O jesuíta Simão de Vasconcelos narra vários rituais de antropofagia, os quais chama de crueldades e gentilidades:

Nações há destas que em colhendo às mãos os inimigos, o atam a um pau pendurado, como se pendurassem uma fera, e dele a postas vão tirando, comendo pouco a pouco, até deixar-lhes os ossos esbugados [,,] quando ódio é maior, comendo-as cruas, palpitando ainda entre os dentes, correndo-lhes pelos beijos o sangue do miserável padecente, quais, tigres desumanos (p. 100).

Usam também partir o padecente em quartos, qual caça do mato, e assados estes, ou cozidos, os vão comendo em seus banquetes, com grandes bailes, e bebidas de vinho: e para mais cevarem o ódio, conservam parte destas carnes ao fumo, para dar mais sabor às mais carnes das feras (p. 100).

Dos que tombam na guerra, os velhos comem logo: (carne do maior sabor para eles) os mancebos levam cativos amarrados em cordas, com grandes algazarras, à maneira de triunfo (p. 101).

Vem saindo o triste preso, que há de ser sacrificado, atado com duas cordas pela cintura, e por estas tiram dois mancebos robustos [...] os braços soltos, para com eles tomar os golpes, que lhe começa a atirar o contrário [...] até que com a última pancada lhe faz em pedaços a cabeça, e o derriba morto, com tais aplausos, gritos, assobios, bater de arcos, e de pés, dos que estão à vista, que atroam os ares (p. 102).

O motivo misógino em um dos seus aspectos mais temidos – a predisposição feminina para a destruição do homem - fica evidenciado quando Vasconcelos chama atenção para a importante participação feminina nos rituais de antropofagia como carcereira – que alimenta e cuida do prisioneiro, podendo até engravidar dele – ou como recepcionistas da morte - representadas pelas velhas índias ferozes, sujas e gulosas:

Em lugar de grilhões se faz entrega dele solene a uma carcereira fiel , que o ceve, e engorde por tempo: para isto se lhe dão caçadores, pescadores, e todo o mais necessário para que seja bem apascentado: e com advertência, que se lhe não dê pena em nada, antes alívio, e descanso em tudo, porque assim se vá engordando, qual bruto animal, para os intentos da gula, e ódio. Quando já, a parecer da carcereira, está grosso em carne, despedem mensageiros por todos as povoações circunvizinhas, fazendo a saber o dia da festa (p. 101).

Logo que o triste preso vai saindo do cárcere para a morte é costume irem recebê-lo à porta, seis ou sete velhas mais feras que tigres, e mais imundas que Harpias, de ordinário tão envelhecidas no ofício como na idade, passante de cem anos [...] para maior recreação vão elas cantando, e dançando ao som de certos alguidares, que levam em as

mãos para efeito de receber o sangue e juntamente as entranhas do padecente (p. 102).

A recorrência às fontes tradicionais do bestiário medieval se faz presente na descrição de padre Simão acerca das estranhas e maravilhosas fauna e flora brasileiras, aproximando seus elementos aos que existiam na Europa, além de serem portadores de ocultos planos divinos que se revelavam ao homem como forma de evidenciar o poder de Deus e Sua intenção de dar exemplo de comportamento religioso, espiritual e social.

Ao descrever a flora brasileira, Simão de Vasconcelos afirma:

“que todas as ervas, e árvores do Brasil são boas, cada qual em seu gênero, e com bondade esquisita, e singular,, leiam-se quatro livros inteiros de História Natural desta terra outras vezes citada; e folgará de ver o leitor (além da verdura) o tesouro de virtudes medicinais, que Deus pôs nesta parte do mundo (p. 147).

O jesuíta inicia sua descrição da flora *brasilis* pelo ananás (abacaxi), comparando-o à pinha de Portugal e com folhas semelhantes à erva babosa, que é “causa de louvar o Autor da natureza” (p. 147) por servir tanto para o paladar quanto para a medicina. Ou em relação à erva caraguatá, à primeira vista “desprezível, mas cheia de préstimos para a vida humana” (p. 147) que possui várias espécies, dentre as quais a erva babosa medicinal, utilizada nas boticas, e, a outra que serve de cerca para hortas e fazendas, além de ter suas folhas utilizadas como telhas para as casas dos índios e para confecção de linhas, cordas e panos. Do fruto dessa planta os índios retiram vinho, vinagre, mel e açúcar e fazem uso de suas virtudes medicinais, como pontua o autor:

move o ventre, provoca urinas, limpa os rins, veias, ureteres, e bexiga; desfaz a pedra, e serve de outras curas, se o misturam com o tabaco. Com o sumo de uma de suas folhas assada, espremido, e misturado com um pequeno de salitre bem moído, untados os sinais, ou cicatrizes das feridas, se são modernas, em breve dias desaparecem, como se nunca, as houera (p. 148).

Simão de Vasconcelos deixa transparecer sua admiração pela mandioca quando a classifica como “erva de raiz mais notável, e proveitosa do Brasil” (p. 148) porque a partir dela se faz vinho e vários tipos de farinha que servem para fazer bolos, beijus e mingaus. O

fundo religioso da descrição está na colocação a seguir que coloca o Apóstolo de Cristo, São Tomé, como o mestre que ensinou aos índios o cultivo da mandioca quando de sua passagem pelo Brasil, a disseminação de tal ideia contribuiu para a conversão de alguns brasilíndios à religião cristã:

É esta planta toda a fartura do Brasil, e é tradição que a ensinou aos índios o Apóstolo S. Tomé, cavando a terra em montinhos, e metendo em cada qual quatro pedaços da vara de certos ramos que chamam manaíba, de comprimento como de um palmo cada um dos pedaços, cujas três partes vão metidas em terra, que fiquem em forma de cruz (p. 148).

Ao defrontar-se com algum elemento da natureza que não compreende, Vasconcelos confere a ele um caráter metafísico, divino, misterioso. Em uma descrição da erva viva ou sensitiva, o religioso ao construir uma imagem de castidade e pudor sobre a planta, fica evidenciada aquela postura característica do período medieval, apoiada em metáforas de fundo religioso e moralizante:

Chamam erva viva, e cuidaram alguns que se nomeia assim por capaz de vida sensitiva, pelos raros efeitos que vêem; porque basta tocar-lhe na ponta de um de seus ramos, para que logo toda ela, e todos eles, como sentidos e agravados, desordenem a pompa de suas folhas murchando-se de repente, e quase vestindo-se de luto (quais se ficaram mortos, ou envergonhados) até que passada a primeira cólera, torna em si a planta, estende de novo seus ramos, e tornam a ostentar sua pompa. É planta êmula do sol: enquanto ele vive, vive ela, e em se pondo, com ele se sepulta enrolando a gala de seus ramos, quase amortalhados em suas mesmas folhas, tornadas de cor de luto, até passar o triste da noite, e tornar o alegre do dia: segredo só do Autor que a fez (p. 151).

Em relação ao maracujá, chamada pelos portugueses de erva da paixão, o padre jesuíta afirma ser "o outro portento das ervas, graça dos prados, brinco da natureza, e devoção da piedade cristã" (p. 151). Ao descrever a flor do maracujá como uma representação da paixão de Cristo deixa aflorar o pensamento medieval e toda sua carga religiosa:

A flor é um mistério único das flores. Tem o tamanho de uma grande

rosa; e neste breve campo formou a natureza um como teatro dos mistérios da redenção do mundo. Lançou por fundamento cinco folhas mais grossas, no exterior verdes, no interior sobre-rosadas: sobre estas postas em cruz, outras cinco purpúreas, todas de uma e outra parte. E logo deste como trono sanguíneo, vai armando um quase pavilhão feito de uns semelhantes a fios de roxo, com mistura de branco. Outros lhe chamaram coroa, outros molho de açoites aberto [...] A esta flor por isso chamam flor da Paixão, porque mostra aos homens os principais instrumentos dela: quais são, coroa, coluna, açoites, cravos, chagas. É flor que vive com o sol, e morre com ele (p. 151-52).

Simão de Vasconcelos finaliza sua descrição acerca da flora do Brasil, tratando das árvores frutíferas do Brasil, como o cajueiro, a mangabeira, o pinheiro, o cajazeiro e a sapucaia, que, segundo ele, vivem em uma eterna primavera devido às suas coloridas flores:

todas estas árvores tem muito, ou pouco de virtude medicinal, como vimos nas ervas: grande prerrogativa de sua bondade. Algumas destas se vêem por essas matas, que além da natural verdura, se vestem, e enfeitam de tais, e tão formosas flores que representam armações apazíveis, umas vermelhas, outras roxas, outras brancas, outras amarelas a modo de maio em Portugal; e talvez todas juntas e com tal graça, que parece se pôs a natureza a debuxar a mais pintada primavera (p. 156).

O jesuíta Vasconcelos inicia a descrição acerca da fauna brasileira tratando das aves. O entusiasmo, o exagero e a dimensão religiosa se fazem presentes:

Todo universo não parece viu espécies, nem mais em número, nem mais formosas: parecem as mesmas dos primitivos ares, antes criados no mesmo Paraíso da terra: tal é a bondade, o número, e variedade de sua formosura: só naquele primeiro Céu terreno podiam pintar-se tão finas cores, como são as de quereiuá, de um Canindé, de um guará, de uma arara, de um papagaio, quando é verdadeiro (p. 162).

O tratamento simbólico e figurativo frente à realidade, bem de acordo com a mentalidade do período, se faz presente quando o jesuíta trata do passarinho goaraciaba

(beija-flor, segundo os portugueses, pica-flor) que, conforme seu próprio testemunho, sofre uma metamorfose – de inseto à ave: “sou testemunha, que vi com meus olhos uma delas meia ave e meia borboleta, ir-se aperfeiçoando debaixo da folha de uma latada, até tomar vigor e voar” (p. 163). A descrição do colibri prossegue dando ênfase à imagem do seu renascimento, tal qual fênix – motivo ligado à doutrina e ética do cristianismo:

“Maior milagre se afirma dela constantemente, e por tantos autores, que parece não pode duvidar-se, que como só vive de flores, em acabando estas, acaba ela na maneira seguinte: prega o biquinho no tronco de uma árvore, e nela está imóvel como morta, enquanto tornam a brotar as flores (que são seis meses) passado o qual tempo, torna a viver e voar (p. 163).

Ao tratar dos bugios ou monos (macacos) padre Simão enfatiza a presença em quantidade e qualidade desses seres no Brasil:

São estes em número sem conta por estas brenhas, e matas do Brasil: e tão sobejos, que no sertão são as guerras ordinárias dos índios; aos quais destroem suas plantas, e perturbam suas sementeiras, uns são grandes, outros pequenos; uns com barbas, outros sem elas; uns pretos, outros pardos, outros que metem de amarelos: diferentes em gestos, condições e propriedades, uns alegres, outros melancólicos, uns ligeiros, outros vagarosos, uns animosos, outros covardes. De nenhuma cousa tem tanto medo como da água; e se acertam de molhar-se ou enlodar-se entram logo em melancolia, fazem esgares e espantos ridículos (p. 164).

Segundo Fonseca (2011), apesar dessa casta de animais não ser tratada particularmente no bestiário, nele está registrado o símio, seu parente mais próximo, “que recebe uma forte carga negativa porque referido ao Demônio” (p. 186). E, nem se supõe nessa literatura uma aproximação desses animais com as características físicas, capacidades ou habilidades do homem por temor à bestialização deste. Diferentemente, Simão de Vasconcelos, apresenta aqueles seres como possuidores de qualidades semelhantes ao do ser humano:

São cirurgiões de suas feridas, e sabem curá-las com certas ervas, que mastigam na boca, e aplicam à parte com efeito maravilhoso. Em

flechando algum deles, tira logo com sua mão a flecha, acode à erva, e aplica a medicina, como se tivera razão, e não é fábula, mas informação certa dos índios do sertão, que quando os flecham, talvez lançam a mão a algum pau seco que acham, e atiram com ele ou com a mesma flecha. O artifício e engenho, com que traçam seus modos de viver, é tão notável entre todos os animais, que parece lhes assiste em suas ações algum alento racional (p. 164).

Em relação a um exótico animal presente exclusivamente na fauna brasílica, o bicho-preguiça – que na tradição bestiária pode ser aproximado pelo semblante à *mantícora* - Fonseca afirma ter sido o mesmo registrado por quase todos os cronistas devido a seu rosto ser parecido ao do homem e por sua peculiar moleza e indolência, o que contribuiu na construção da imagem de uma América povoada por nativos quase animais, sem capacidade de organizar uma civilização – “uma realidade natural desordenada na sua indistinção entre índios e bichos” (p. 191) - e, portanto, pronta para ação civilizadora do europeu. Vasconcelos assim descreve acerca do curioso animal:

Outro animal particular somente desta terra, chamam-lhe os índios aí, os portugueses, preguiça do Brasil. É do tamanho de uma raposa, de cor cinzenta, cabeça mui pequena, redonda, sem orelhas, dentes de cordeiro, cabelo comprido, mais curto nos pés que nas mãos, em cada um dos pés tem três unhas mui longas. É animal preguiçosíssimo: gasta uma hora em passar de um ramo a outro: das folhas deste se sustenta porque só estes não podem fugir a seu vagar. Nunca bebe: rarissimamente dá voz; e quando a dá é a modo de gato pequeno. Pega devagar, mas o que uma vez alcança, com muita dificuldade a larga. (p. 164).

Mais uma vez a falta de distinção entre índios e animais brasileiros se manifesta quando padre Simão escreve sobre os porcos monteses:

Enchem as matas em tão grande quantidade, que descem muitas vezes aos vales, e campos exércitos inteiros; e tão ferozes em certos tempos, que tudo metem em terror e espanto; porque fazem certo trilhar de dentes, que atroa, e assombra; e assanhados despedaçam gente. É admirável seu modo de marchar; porque andam juntos em manadas, ou varas diversas, e cada uma traz seu capitão conhecido, ao qual no marchar tem respeito, não ousando nenhum ir diante. É impossível

vencer uma dessas varas, sem que primeiro se mate o capitão, porque enquanto vêm a este vivo, assim se unem, animam e mostram valores em sua defesa, que parecem inexpugnáveis: e pelo contrário, em vendo morto o capitão desmaiam, e lançam a fugir (p. 165).

A visão simbólica da natureza presente na literatura bestiária – influência maior para os cronistas do descobrimento e da colonização do Brasil, dentre eles, padre Simão de Vasconcelos - tem a finalidade de evidenciar que animais e plantas tem sempre algo a dizer aos homens, ou melhor, representam um dos instrumentos utilizados por Deus para se manifestar porque “através dessas criaturas fala a própria voz do Criador” (HOLANDA, 1959/1977, p. 192). Sendo assim, todo animal ou planta traz uma lição à humanidade a fim de que ela trilhe o caminho do bem e não caia em erros.

A América - apesar de criada sob a mentalidade europeia, renascentista, humanista dos tempos modernos – recebeu influências da tradição simbólica, figurativa, medieval, visto que os cronistas colocados frente à uma realidade incomum que teriam que descrever, lançavam mão do saber cognitivo e interpretativo dessa tradição através da aplicação do método analógico: uma espécie de reverência ao saber constituído.

Por fim, a cronística do descobrimento e da colonização, ao oferecer um maior conhecimento acerca da natureza brasileira, desvenda os segredos de um mundo estranho e o bom proveito que dele se pode tirar para a honra e a glória do Estado português.

## Referências

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. *Bestiário e discurso do gênero no descobrimento da América e na colonização do Brasil*. Bauru: Edusc, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A presença da igreja católica no Brasil: história e problemas (1500-1968)*. São Paulo: Giro, 1977.

OLIVEIRA RAMOS, Luís Antônio. *Um jesuíta do barroco (1596-1671)*. Disponível em <<http://www.let.letas.up.pt/uploads/ficheiros/7439.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2012.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz – feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TANGERINO, Márcio. R.P. *A política na igreja do Brasil*. Campinas: Alínea, 1997.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 9-166.

ZWEIG, Stefan. *Brasil*. Tradução de Alfredo Cahn. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1952.

**RUTH DE FÁTIMA OLIVEIRA TAVARES**

Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (1997) e mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011). Atualmente é professora do quadro efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Campus Pires do Rio, onde ministra as disciplinas História do Brasil e História da América e é coordenadora de área do subprojeto de História-PIBID. E-mail: [ruthdfatima@yahoo.com.br](mailto:ruthdfatima@yahoo.com.br).